

Teoria geral do esquecimento, de José Eduardo Agualusa: um diálogo entre ficção e História

Christiane Gonçalves dos Reis*

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar a obra *Teoria geral do esquecimento* a partir da interseção de fronteiras entre história e ficção, já que a trama se desenvolve em Angola, durante duas longas guerras e outros conflitos importantes para esse país. Por tal motivo, refletirá acerca das diferenças existentes entre o que narra a ficção e os livros de historiografia, pois há eventos históricos de grande relevância para as trajetórias das personagens, por nelas interferirem positiva ou negativamente e aos quais o autor faz menção e/ou ficcionaliza. Por tudo isso, podemos dizer que Agualusa revisita o passado e flerta com o real enquanto cria sua obra, e esse processo de reescrever a história da nação por meio da ficção aponta naturalmente para um papel de afirmação cultural que a literatura foi chamada a desempenhar. É necessário ressaltar que boa parte da história angolana se encontra numa espécie de caixa-preta ainda não aberta e, por tal razão, uma das alternativas encontradas a fim de problematizar a história foi a via do romance, onde vamos nos deparar com os caminhos da memória e perceber que mecanismos são acionados com o objetivo de resgatar o ora enfumado trajeto de alguns países africanos. Para tanto, tomaremos como referência teórica autores como Linda Hutcheon, Rita Chaves e Maria Teresa Salgado, entre outros.

Palavras-chave: literatura; história; memória.

* Mestre em Estudos Literários em Literatura Portuguesa e Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, pela Universidade Federal Fluminense (UFF).
Doutoranda em Estudos de Literatura. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-1987-133X>.

A General Theory of Oblivion, by José Eduardo Agualusa: a dialogue between fiction and History

Abstract

The present work aims to analyze *A general theory of oblivion* based on the intersection of the frontiers between history and fiction, since the story develops in Angola, during the period of two long wars and other important conflicts from this country. Therefore, it will reflect about the differences between what the fiction narrates and what the books of historiography and the ones of non-fiction narrates, because there are historical events of great relevance to the characters livings, interfered positively or negatively by such events, also including the ones that the author transformed into fiction or mentions. In such manner, it is possible to say that Agualusa revisits the past and flirts with what is real while creating his own story, and this process of rewriting the history of the nation through fiction points naturally to the role of cultural affirmation which literature was designed to play. It is necessary to highlight that a large portion of the Angolan history is found inside a certain unopened black box, and, for this reason, one of the alternatives available to question history was through romance, in which we will face memory paths and realize that mechanisms are added with the intention of rescuing the once blurred trajectory of some African countries. To do so, it is valid to have as theoretical reference authors such as Linda Hutcheon, Rita Chaves e Maria Teresa Salgado, and others..

Keywords: literature; history; memory.

O presente trabalho visa analisar a relação entre literatura, história e memória existente na obra *Teoria geral do esquecimento*, de José Eduardo Agualusa, já que, nesse romance, assim como na maior parte da sua bibliografia, o autor busca ficcionalizar eventos factuais da história angolana, muitas vezes de forma irônica, chamando a atenção do leitor para a diferença existente entre o que narra a historiografia e o que de fato aconteceu em seu país.

Tal romance, publicado em 2012, constitui-se exemplarmente como uma obra que alia ficção e memória, cuja trama se desenvolve principalmente em Luanda entre os dias que antecederam a independência daquele país e o fim da guerra civil.

Em síntese, a obra conta a história de uma mulher portuguesa residente em Angola junto à irmã e ao cunhado até o desaparecimento desse casal, na véspera do embarque da família para Lisboa, quando ela fica só no luxuoso apartamento onde viviam. Por receio de que algo de mal lhe acontecesse, Ludo – Ludovica Fernandes Mano – constrói uma parede diante da porta de entrada do imóvel, onde permanece durante 28 anos, lendo, escrevendo, desenhando e se alimentando do que restou na farta despensa, do que plantou e colheu na cobertura e de algumas aves que conseguiu capturar e criar.

Durante o mencionado período, enquanto a protagonista acessava a sua memória elaborando antigos traumas, dava-se também o decurso do tempo na história angolana, o que podemos perceber a partir da ficcionalização dos eventos mais importantes ocorridos nesse intervalo – a Revolução dos Cravos; o retorno dos portugueses à antiga metrópole lusitana; a independência de Angola, a guerra civil angolana; o golpe ocorrido em 27 de maio de 1977 em Angola e a transição do comunismo ao capitalismo –, restando claro o liame entre tais eventos e as personagens, além da narração diferenciada no romance em relação ao que consta na obscura historiografia desse país africano.

A Revolução dos Cravos, ocorrida em Portugal no dia 25 de abril de 1974, teve como senha para o seu início a difusão, à meia-noite, de uma música proibida pela censura, Grândola Vila Morena, de Zeca Afonso. Embora haja mais de uma versão para esse evento histórico muitas vezes mitificado, tem-se numa delas que os militares, em razão da perda de privilégios, reconhecendo que perderiam a longa guerra com as colônias e

percebendo que o país entraria em ruína fizeram um motim, ocasionando a deposição de Marcelo Caetano, substituto de Salazar, momento em que a presidência de Portugal foi assumida pelo general António de Spínola. Com isso, a população saiu às ruas, para comemorar o término do governo ditatorial e distribuiu cravos, a flor nacional, aos soldados rebeldes, em forma de agradecimento. O fim da ditadura que se recusava a conceder independência às colônias africanas foi um estímulo aos movimentos guerrilheiros de libertação em Moçambique (como a FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique), Guiné-Bissau (PAIGC – Partido Africano para a Libertação da Guiné e Cabo Verde) e Angola (MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola –, UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola – e FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola), pois a luta agora teria muito mais chances de ser vencida.

Diante disso, grande parte dos portugueses remanescentes em Angola deu início ao retorno à antiga metrópole, pois, por motivos óbvios, não eram queridos em solo angolano e temiam pelo que pudesse vir a acontecer no país: o anunciado regime socialista, a perda dos bens, agressões físicas, além da invasão dos seus imóveis.

Com o término da guerra de libertação, que durou 14 anos (1961 a 1975), o novo governo revolucionário português iniciou negociações com os três principais movimentos de libertação: o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), liderado por Agostinho Neto, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), chefiada por Holden Roberto, e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), liderada por Jonas Savimbi, para o período de transição e processo de implantação de um regime democrático, celebrando-se o Acordo de Alvor, de 15 de janeiro de 1975.

Todavia, a independência de Angola, marcada para o dia 11 de novembro de 1975, não foi o início da paz e, sim, o de uma guerra aberta, pois o controle do Estado estava dividido entre os três maiores grupos nacionalistas: MPLA, UNITA e FNLA, e, por isso, a independência foi proclamada unilateralmente por esses três movimentos. O MPLA que controlava a capital, Luanda, proclamou a Independência da República Popular de Angola às 23 horas de 11 de novembro de 1975, pela voz de Agostinho Neto, estabelecendo o governo em Luanda com a presidência entregue ao líder do movimento. Enquanto isso, Holden Roberto, líder da

FNLA, proclamava a Independência da República Popular e Democrática de Angola à meia-noite do dia 11 de novembro, no Ambriz. Nesse mesmo dia, a independência foi também proclamada em Nova Lisboa (Huambo), por Jonas Savimbi, líder da UNITA.

Logo depois da declaração da independência, iniciou-se a guerra civil angolana entre os três movimentos, uma vez que a FNLA e, sobretudo, a UNITA não se conformaram nem com a sua derrota militar, nem com a sua exclusão do sistema político. Essa guerra durou até 2002 e terminou com a morte, em combate, do líder histórico da UNITA, Jonas Savimbi.

A União Soviética e, principalmente, Cuba apoiavam o MPLA, que controlava a capital e algumas regiões da costa, em especial Lobito e Benguela. A África do Sul apoiava a UNITA, tendo invadido Angola em 9 de agosto de 1975. Enquanto isso, a FNLA contava com o apoio da China, de mercenários portugueses e ingleses e até os da África do Sul. Os Estados Unidos, que apoiaram inicialmente apenas a FNLA, não tardaram a ajudar também a UNITA, e esse apoio se manteve até 1993.

Já no que diz respeito ao golpe de 27 de maio de 1977, sabe-se que, naquele mês, houve manifestações em Luanda a favor de Nito Alves, então ministro da administração interna e membro do comitê central do MPLA, o partido no poder, e essas manifestações foram reprimidas por militares angolanos e cubanos. Nito Alves e os seus apoiadores teriam sido perseguidos, ocasião em que Agostinho Neto, o primeiro presidente de Angola — também do MPLA —, classificou o grupo como “fracionistas” e as manifestações, como uma tentativa de golpe de Estado. Conta-se, ainda, embora haja divergências, que dezenas de milhares de angolanos foram torturados e mortos pela polícia política angolana em 1977 e nos anos que se seguiram, como veremos adiante.

Após um preâmbulo com a intenção de auxiliar a compreensão deste trabalho, é importante analisar os possíveis motivos ensejadores da mencionada ficcionalização da história — tão presente na bibliografia agualusiana —, e faremos isso com base na obra *A formação do romance angolano* (1999), na qual a autora Rita Chaves trata do surgimento e desenvolvimento desse gênero naquele país africano, onde os romancistas vêm abordando o período pré-colonial, colonial e, em casos como o do romance em tela, revisitando eventos históricos em suas obras literárias, com o desejo de manter viva a memória para o povo, além de trazer aos

leitores novas versões do que lá ocorreu, principalmente no período que antecedeu à independência e no que a sucedeu. Isso acontece também porque a história angolana se encontra obliterada, ou seja, seus importantes documentos estão inacessíveis em sua maior parte. Para que essa situação de censura possa ser compreendida, deve ser levada em consideração a presença de um só partido no governo do Estado angolano desde a independência até os dias atuais (1975 a 2022), contando com apenas três presidentes nesse interregno.

Segundo a professora Maria Teresa Salgado (2006) tal abordagem literária, ao longo dos últimos trinta anos, vem ampliando o leque de indagações acerca do diálogo existente entre história, literatura e memória, ao encenar discussões que enfocam o papel desempenhado pelos angolanos e portugueses em momentos de tensão, conflitos e ambivalência. A obra de Agualusa como um todo nos traz essa relação, o que se pode reparar de forma específica, em *Teoria geral do esquecimento*, quando o autor ressignifica a história, muitas vezes de forma irônica, chamando a atenção do leitor para a diferença existente entre o que narra a história oficial e as versões do que pode ter acontecido no país. O escritor usa esse tipo de estratégia para fazer uma crítica ácida ao que está dito, transportando sua visão de mundo àquele que lê e fazendo-o se reportar à chamada “realidade”, que explode em múltiplos ângulos, por meio de um requintado trabalho de linguagem desenvolvido com o objetivo de construir um mundo ficcional, que aponta para o que há de exterior ao texto (SALGADO, 2006). Esses múltiplos ângulos podem ser observados na parte do romance que ficcionaliza as prisões, em tese, ocorridas durante o golpe de 1977 e que traz a descrição da perseguição ao personagem Pequeno Soba a partir da sua versão; da visão da protagonista Ludo, que a observa do alto da cobertura do prédio dos invejados e a do sonoplasta Papy Bolingô, que se encontrava na rua no momento em que houve o abalroamento dos automóveis, estando num deles o prisioneiro, salvo das mãos da polícia por esse outro personagem. As três visões do mesmo acontecimento aparecem em capítulos diferentes do romance, chamando a atenção do leitor a fim de que ele perceba a importância do tema e da possibilidade de existência de inúmeras versões, inclusive no mundo extratextual, descartando a ideia de verdades únicas e absolutas.

Noutro diapasão, ao abordar a situação dos portugueses logo após a independência de Angola, Agualusa traz para o romance, de forma mordaz, o relato do conturbado período, como quando se vê a prisão de Jeremias, capitão das tropas portuguesas, por Monte, idealista transformado num inquisidor a serviço da polícia política angolana:

Quanto ao senhor, não passa de um prostituto a soldo do imperialismo americano. Devia ter vergonha.

E os cubanos, esses não são mercenários?

Os companheiros cubanos não vieram até Angola por dinheiro. Vieram por convicções.

Eu fiquei em Angola por convicções. Combato pela civilização ocidental, contra o imperialismo soviético. Combato pela sobrevivência de Portugal.

Tretas. Eu não acredito nisso. Você não acredita nisso, a sua mãe não acredita nisso. (AGUALUSA, 2012, p. 29)

Para fundamentar o que se segue apontando, trar-se-á o que afirma Rita Chaves:

Em se tratando de Angola, pudemos observar que os vínculos entre o processo literário e o desenvolvimento histórico trazem à baila fatores interessantes para demonstrar a complexidade dessa interação, desde que o ato de leitura ultrapasse os limites de uma apreensão mecanizada das correspondências. [...]

O percurso trilhado pelo romance mostrou-nos que, a despeito da presença do espírito unificador capaz de penetrar o conjunto da atividade, o processo literário, valendo-se de sua autonomia, alimenta-se também do senso das ambiguidades postas por um universo social verdadeiramente dominado pela noção de crise. Graças à sua vocação de dialogar com a História e a flexibilidade de seus modelos formais, o romance revela-se permeável aos movimentos do real e, desse modo, leva-nos a perceber o multifacetado corpo de uma sociedade permeada, não apenas por mudanças, mas por autênticas convulsões, como tem sido a angolana. (CHAVES, 1999, p. 206)

Voltando ao texto literário, vemos que, em alguns casos, entre o trazido pela historiografia e o que consta do romance há semelhança, noutros, não. Especificamente, quanto à Revolução dos Cravos e ao retorno

dos portugueses, encontramos coincidência; então citaremos um trecho de *História de Angola* (WHEELER; PÉLISSIER, 2013) e, posteriormente, de *Teoria geral do esquecimento*, a fim de comparar e demonstrar o que dissemos:

Quando, a 25 de Abril de 1974, os oficiais militares de carreira derrubaram o regime em Lisboa na sequência de um golpe de estado levado a cabo em 16 horas praticamente sem derramamento de sangue, Luanda parecia tão surpreendida como a capital da metrópole.

[...]

a maior parte dos colonos portugueses e estrangeiros fugiram de Angola, sobretudo para Portugal. A maioria partiu numa ponte aérea de emergência estabelecida durante o Verão de 1975. De acordo com Gerald Bender, dos 330 mil portugueses residentes em Angola em abril de 1974, apenas 30 a 40 mil permaneciam no território em março de 1976. (WHEELER; PÉLISSIER, 2013, p. 360)

No mesmo sentido, ao abordar a situação dos portugueses pouco antes da independência angolana, quando os colonos estavam partindo e deixando os bens materiais que não podiam levar para a metrópole, o romance, a partir das palavras de uma moradora do prédio dos invejados, nos conta:

O que não conseguirmos beber deixamos com vocês, disse, mostrando a Orlando a dispensa onde se amontoavam caixas com garrafas dos melhores vinhos portugueses: Bebam-nas. O importante é que não fique nenhuma para os comunistas festejarem. (AGUALUSA, 2012, p. 16)

Assim, excetuando-se alguns casos, como o citado anteriormente (e apresentaremos também trechos em que há divergência entre o trazido pela historiografia e o que consta do romance), pode-se dizer que Agualusa revisita o passado, enquanto constrói a sua obra e se debruça sobre as lacunas, no que há de não dito na história, donde vem a possibilidade de criar em cima do vazio, lançando, dessa forma, uma presença sobre uma ausência. Esse processo de ressignificar a história da nação por meio da ficção aponta naturalmente para o papel que a literatura tem sido chamada

a desempenhar: trazer à tona a memória do povo angolano; e um dos possíveis motivos pelo qual isso se dá em Angola tem raízes na carência de elucidação de determinados fatos, por razões político-ideológicas, já que o MPLA impõe limites à historiografia, cerceando o direito ao conhecimento de determinados eventos e dando margem, assim, à sua reiterada e não gratuita ficcionalização.

Ainda quanto às menções à história continuaremos exemplificando o que afirmamos: Odete, Orlando e Ludo passaram a residir em Luanda quando estava prestes a acontecer a Revolução dos Cravos, e esta gerou medo e incertezas nos meses próximos à independência, o que pode ser visto no romance quando Ludo ouve a irmã e o cunhado discutirem e, então, cerra as vidraças, para impedir que o apartamento se encha das gargalhadas do povo nas ruas, estalando no ar como fogos de artifício (AGUALUSA, 2012):

Os terroristas, querido, os terroristas...

Terroristas? Não volte a usar essa palavra na minha casa. Orlando nunca gritava. Sussurrava num tom ríspido, o gume da voz encostando-se como uma navalha à garganta dos interlocutores. Os tais terroristas combateram pela liberdade do meu país. Sou angolano. Não sairei. (AGUALUSA, 2012, p. 14)

Pouco tempo depois no enredo, Orlando e Odete decidem que realmente o melhor é o retorno. Vão a uma festa de despedida de portugueses que deixarão Angola e desaparecerão. Ludo só saberá o que houve com o casal no final do romance e permanecerá sozinha, em companhia do cão Fantasma, durante quase trinta anos. Além da mudança de país, em razão do casamento da irmã e do que houve em Portugal imediatamente, há outro fator que impulsionará a história de Ludovica: a independência angolana, que ela percebe sem compreender:

Lá fora na noite convulsa, explodiam foguetes e morteiros. Carros buzonavam. Espreitando pelas janelas, a portuguesa viu a multidão avançando ao longo das ruas. Enchendo praças com uma euforia urgente e desesperada. (AGUALUSA, 2012, p. 25)

Assim, tem-se a presença desses três personagens (Ludo, Odete e Orlando) e, logo no primeiro capítulo da obra, também a menção a três

eventos históricos: a Revolução dos Cravos em Portugal, a independência iminente de Angola e o retorno dos lusitanos à metrópole, os quais darão o tom ao desenvolvimento de toda a trama e voltarão a ser citados no decorrer dela de diferentes formas.

A história de Ludo prossegue assim como a de Angola, e, contextualizando o que virá logo após no texto ficcional, faz-se necessário lembrar, mais uma vez, que, após a independência, houve uma crise no seio do MPLA — partido que, naquela altura, governava (e ainda governa) Angola — quanto às atitudes dos seus dirigentes, das quais boa parte dos membros discordava, o que gerou revolta, combatida sem possibilidade de diálogo e composição pacífica, com violência e exclusão dos discordantes. De forma dissonante, na obra *História de Angola* (2013) de Douglas Wheeler e René Pélissier, no que diz respeito a essa situação, lê-se o seguinte:

Este período depois foi marcado por **breves crises**: em maio de 1977 o MPLA esmagou uma revolta liderada por Nito Alves, que procurou expulsar o grupo de dirigentes do presidente Agostinho Neto e substituí-lo por um regime africano mais radical e de inspiração menos soviética [...]” (WHEELER; PÉLISSIER, 2013, p. 363, grifo nosso)

Noutra perspectiva, no capítulo chamado “A sutil arquitetura do acaso”, o narrador de Agualusa apresenta na voz de Papy Bolingô o que este percebeu naquela ocasião (27/05/1977):

O difícil pão de cada dia conquistava-o a trabalhar como sonoplasta da Rádio Nacional. Estava de serviço na manhã de 27 de maio, quando os revolucionários entraram no edifício. Assistiu depois à chegada dos soldados cubanos, os quais colocaram rapidamente ordem na casa, à bofetada e ao pontapé, retomando o controlo da emissão. (AGUALUSA, 2012, p. 70)

O que se “sabe” é ter havido, em Angola, de maneira geral, um banho de sangue; todavia, na cronologia apresentada também na obra *História de Angola*, quanto ao ano 1977, consta: “27 de Maio Golpe falhado levado a cabo por Nito Alves e que foi rapidamente controlado [...]” (WHEELER; PÉLISSIER, 2013, p. 384), informações que divergem das contidas nos livros *Em nome do povo*: o massacre que silenciou Angola (2014), de Lara

Pawson, e *Purga em Angola: o 27 de Maio de 1977* (2014), de Dalila Cabrita Mateus e Álvaro Mateus, como se verá:

Purga em Angola refere-se aos acontecimentos do 27 de maio de 1977. [...] a purga não ficou pela expulsão de militantes do Movimento. Extravasou das suas fileiras, para atingir simpatizantes e, também, amigos e familiares dos purgados. Dezenas de milhares de pessoas, homens e mulheres, velhos e novos, até adolescentes, passaram por cadeias e campos de concentração. E muitos milhares foram mortos em aterradores interrogatórios ou em fuzilamentos sumários, sem sequer terem sido julgados e sem se saber ainda onde repousam os corpos. (MATEUS; MATEUS, 2014, p. 9)

A obra de Dalila Mateus e Álvaro Mateus diz que a pesquisa realizada para que o livro pudesse ser escrito se baseou em entrevistas, trabalhos acadêmicos e informações recolhidas nos arquivos da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) de Salazar, na Torre do Tombo. Consultados foram, ainda, os Arquivos do Conselho da Revolução, onde a pasta do 27 de maio de 1977 está vazia, sendo encontrados apenas três recortes de imprensa, de *O jornal*, *Diário Popular* e *Retornado*.

O livro da jornalista Lara Pawson, correspondente da BBC Londres, também se baseia majoritariamente em testemunhos, pois, como dissemos, a existência de documentos é mínima, a censura perdura até os dias atuais e muitos entrevistados ainda sentem medo e pedem que seus dados pessoais sejam omitidos:

Os acontecimentos do 27 de Maio eram análogos aos massacres ordenados por Robert Mugabe em Matabeland, no Zimbabuê, no início da década de 1980, e ao assassinio de milhares de pessoas durante a ditadura do general Augusto Pinochet, no Chile. Estes, porém, eram casos muito conhecidos. Porque é que o 27 permanecia um segredo tão bem guardado? (PAWSON, 2014, p. 22-23)

Portanto, quanto ao golpe de 27 de maio de 1977, pode-se perceber uma nítida divergência entre o que fora brevemente descrito pela historiografia e o que consta das outras duas obras citadas. *História de Angola* nem de longe aborda a carnificina ocorrida entre 1975 e 1976 naquele país, verificada por meio de inúmeros e sofridos depoimentos. Não

à toa, Agualusa dedica três capítulos ao tema em *Teoria geral do esquecimento* sendo importante ressaltar que o fez também em outros romances, por exemplo *Estação das chuvas*.

A partir desses excertos ficcionais e não ficcionais, especialmente no que diz respeito ao golpe, é possível concluir, em face de uma dialética da ressignificação, que Agualusa toma como tese a ficção, a verossimilhança, a busca do que se aproxima da verdade ou a versão dos vencidos, contrapondo-a à antítese, à história, ao que chamam de verdade ou versão dos vencedores. E a síntese que se apresenta é nada menos do que a ressignificação provocadora dessa mesma história, a subversão daquilo que se apresenta como oficial. A respeito desse diálogo entre história e literatura, Linda Hutcheon, na obra *Poética do Pós-Modernismo* (1991), nos diz o seguinte:

O que a escrita pós-moderna da história e da literatura nos ensinou é que a ficção e a história são discursos, que ambas constituem sistemas de significação pelos quais damos sentido ao passado (“aplicações da imaginação modeladora e organizadora”). Em outras palavras, o sentido e a forma não estão nos acontecimentos, mas nos sistemas que transformam esses “acontecimentos” passados em “fatos” históricos presentes. Isso não é um desonesto refúgio para escapar à verdade”, mas um reconhecimento da função de produção de sentido dos construtos humanos. (HUTCHEON, 1991, p. 122)

Assim, com base no trecho do romance acima transcrito e na fundamentação teórica, pode-se ver que o real precisa ser problematizado “com ironia, e não inocência” (HUTCHEON, 1991, p. 124) para ser repensado, e verifica-se também de que maneira Agualusa o faz, ao reinserir contextos históricos ficcionalizando-os em versões diferentes das oficiais fazendo o leitor pensar na possibilidade da inexistência de uma única e autêntica versão, pois ele adultera ironicamente os “fatos” consagrados pela historiografia, trazendo à tona a provisoriedade de qualquer tipo de discurso, como Linda Hutcheon preceitua no excerto citado. É necessário atentar, ainda, para a situação de que o “real” é descrito pela historiografia por meio de uma ordenação de palavras — e aí deve ser considerada também a intenção de quem narra, o que se evidenciou no século XX após

às discussões geradas pelo advento da escola dos *Annales*, cuja atividade começou em 1929.

A partir da década de 1970, o ofício do historiador foi bastante questionado justamente em razão da subjetividade contida em qualquer discurso, como já salientamos. Houve quem dissesse que na ausência de documentos e testemunhos, poderia se fazer uso da “imaginação histórica”, como relata o historiador Carlos Fico em ensaio publicado na obra *Novos Combates pela História* (2021), onde ressalta a importância da mencionada escola francesa, a partir de então enriquecida com abordagem inovadora de especialidades como a história econômica, social, demográfica e outras. Diz ainda que *Annales* e demais correntes, ao abordarem processos históricos complexos, muito se distanciaram da velha história política do século XIX e início do XX, de “reis e batalhas”, como foi pejorativamente chamada.

Contudo, Carlos Fico conclui que o historiador deve se ater aos testemunhos e documentos, que a busca pela objetividade deve ser constantemente revigorada para a efetiva qualificação da história e do historiador, o qual deve fazer uso da transparência quanto às dúvidas que existem sobre o passado: “o historiador-autor que escreve sobre um processo histórico pode surgir na narrativa como historiador-narrador que alerta a audiência sobre as dúvidas analíticas ou fragilidades do material empírico.” (FICO, 2021, p. 46).

Esse alerta mencionado por Fico pode ser encontrado em *A história da beleza* (2004), pois Umberto Eco, seu autor, avisa os leitores que se baseou em documentos deixados por poetas, músicos e escritores, artistas de maneira geral, os quais faziam parte de uma elite, e que, quanto aos humildes, aos excluídos e aos homens comuns de todos os tempos, precisou realizar uma reconstrução para descrever como se relacionavam com a beleza. No mesmo sentido trabalhou o historiador e linguista holandês Johan Huizinga ao escrever *O outono da Idade Média* (2021), em cuja introdução consta que o autor foi acusado por seus colegas historiadores por ter produzido um belo livro, mas não de história.

José Eduardo Agualusa, diferentemente, é um romancista que retoma e ressignifica, em sua obra como um todo, importantes eventos omitidos pela historiografia do seu país – e além dos mencionados ao longo desse trabalho, há outros no romance em tela. Assim, vale lembrar que, também nesse ponto, cruzam-se as fronteiras entre ficção e história, e

esta não é utilizada como mero pano de fundo para o desenvolvimento do enredo, mas como algo que se encontra em constante movimento.

Por tudo isso, num momento político mundial em que presenciamos a intenção de um revisionismo histórico, a tentativa de apagamento das memórias individuais e coletivas, além da indiferença/rejeição/medo em relação ao outro, faz-se urgente, imprescindível pensar a obra de Agualusa como modo de resistência por meio da literatura, do romance como forma de resgate de um passado que não pode ser esquecido.

Referências

AGUALUSA, José Eduardo. *Teoria geral do esquecimento*. Rio de Janeiro: Foz, 2012.

CHAVES, Rita. *A formação do romance angolano: entre intenções e gestos*. São Paulo: FBLP, 1999.

ECO, Umberto. *História da beleza*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. Quem escreve a História: a qualificação do historiador. In: PINSKY, Jaime; PINSKY Carla Bassanezi (orgs.). *Novos combates pela história: desafios – ensino*. São Paulo: Contexto, 2021, p. 25-47.

HUIZINGA, Johan. *O outono da Idade Média: Estudo sobre as formas de vida e de pensamento dos séculos XIV e XV na França e nos Países Baixos*. São Paulo: Penguin-Companhia das Letras, 2021.

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Tradução de Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991. (Série Logiteca).

MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Álvaro. *Purga em Angola*. Alfragide: Texto editores, 2014.

PAWSON, Laura. *Em nome do povo*. Lisboa: Tinta da China, 2014.

SALGADO, Maria Teresa. José Eduardo Agualusa: uma ponte entre Angola e o Mundo. In: CAMPOS, Maria do Carmo Sepúlveda; SALGADO, Maria

Teresa (org.). *África e Brasil: letras e laços*. São Caetano do Sul: Yedis Editora, 2006, p. 175-197.

WHEELER, Douglas; PELISSIER, René. *História de Angola*. Lisboa: Tinta da China, 2013.